



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020 - Biênio 2019/2021

Ata da nona reunião ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRANCA realizada no dia 08 de setembro às dezessete horas, por videoconferência, através de link disponibilizado aos conselheiros, convidados e visitantes e presentes **DEZ** conselheiros titulares, **TRES** conselheiros suplentes e **TRES** visitantes, sob a presidência da Senhora Flávia Assis Freitas, servindo como secretário o Sr Pedro Tosi, foram abertos os trabalhos da reunião ordinária.

ORDEM DO DIA: A presidente do CME iniciou a reunião pautando a necessidade de uma reunião em que estivessem presentes: o atual Secretário da Educação, representantes do Ministério Público e da sociedade civil na qual o objetivo seria apresentar dados a respeito de como a sociedade e trabalhadores da educação compreendem a volta ao que está sendo denominado de novo normal. O resultado desses levantamentos compreenderia a obtenção e tabulação de dados feitos com as famílias (pais ou responsáveis) de alunos da rede pública municipal de ensino sobre procedimentos e condutas necessárias ao retorno às atividades presenciais nas escolas, bem como levantamento feito a partir da visão de profissionais da educação escolar nas escolas municipais sobre o mesmo tema. Tal levantamento deverá ser feito por meio de um questionário a ser aplicado aos eventuais respondentes mediante acesso a um link endereçados por intermédio das escolas da rede que possuem o cadastro desse universo de pessoas envolvidas. O Conselheiro Gabriel D'Carolus sugeriu que o questionário fosse feito no modelo de enquete no qual os respondentes se posicionassem serem ou não favoráveis a volta. A conselheira Rejane sugeriu que a maior idoneidade do levantamento deveria ser iniciada no quesito qualificação do respondente mediante a informação do RA do aluno como meio de acessar o *link*. Já a conselheira Karla Migani informou que está sendo idealizado é um questionário tipo *chat* e que essa medida de acrescentar o RA não traria melhores qualificativos quanto à idoneidade do respondente e ainda complicaria a rapidez na tabulação dos dados; informação essa que foi reafirmada pela Conselheira Presidente. Rejane, diante dos posicionamentos, informou que prefeituras da Região, como a de Ribeirão Corrente, que fez uma enquete impressa e depois tabulou trazia algum tipo de identificação dos respondentes e obtinha apenas uma informação: a de ser favorável ou não à volta às atividades presenciais nas escolas. O Conselheiro Elcio Rivelino sugeriu que uma resposta prestada no geral, sem uma qualificação mínima como idade e série com especificações de respostas entre séries iniciais ou séries finais do ensino fundamental teria muito pouca credibilidade. O Conselheiro ainda advertiu que um esforço de levantamento de dados trazendo apenas dados brutos sem quaisquer outras possibilidades de estratificação traria muito pouco, pois traduziria apenas uma informação global. A conselheira Rejane retornou ao argumento sobre a necessidade do RA, pois o questionário em discussão poderia localizar o aluno e, em localizando, seria possível fazer tabulações parciais e agregadas por estratos. O Conselheiro João Neri informou que a Secretaria da Educação do Estado também está providenciando um levantamento/questionário com o mesmo espírito e indagou se a Secretaria Municipal da Educação não possui alguma iniciativa similar capaz de orientar a volta e a adesão dos envolvidos na comunidade escolar como meio de orientar e de se preparar para a volta às atividades. A Sra. Presidente afirmou que o CME deveria elaborar uma proposta em cima de alguma informação objetiva sobre o público a ser atendido na presente situação, a ideia dela é conferir uma melhor visibilidade e densidade ao que o CME puder propor e acrescentar de específico nessa empreitada. O conselheiro Elcio Rivelino retornou ao argumento da necessidade do RA, prevendo que ele pudesse ser informado no corpo das perguntas e não na qualificação dos respondentes. A conselheira Karla Migani disse que exigir o RA nesse momento traz um complicador adicional na medida em que os pais não têm conhecimento do RA e todas as vezes que dele necessitam eles procuram as secretarias escolares e que essa prática tumultuaria muito o processo. A Conselheira Liuvania indagou a respeito do *folder* de uma pesquisa dessa natureza que acaba de ser baixada no seu computador e a Conselheira Rejane solicitou a postagem do referido *link* para apreciação dos demais Conselheiros do CME. A senhora presidente solicitou que a Conselheira Cecília Pucci informasse sobre ter ou não conhecimento de iniciativa dessa natureza por parte da Secretaria Municipal. A conselheira Rejane informou que a Conselheira Liuvânia postou o *link* do questionário mencionado no *chat* da reunião em curso. Gabriel D'Carolus e o conselheiro Reinaldo Célio disseram que a despeito do que ocorrer nessa iniciativa o CME deverá ser informado para que se possa posicionar sobre a natureza dos procedimentos e atitudes a serem adotados. O conselheiro José Aurélio também informou, na mesma direção de Cecília Pucci, que na qualidade de funcionários da Secretaria da

Definitivo



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Educação não têm informações a respeito da natureza de um questionário com os propósitos alegados acima. A Conselheira Rejane se colocou a disposição para representar pais em uma eventual comissão de acompanhamento, a Conselheira Presidente sugeriu que, na qualidade de professores da rede ela e a Conselheira Karla Migani fossem preferencialmente indicadas para o acompanhamento em comento. Houve entre diversos conselheiros uma breve discussão a respeito do fato de que quaisquer que forem indicados serão sobretudo representantes do Conselho Municipal de Educação e não apenas dos segmentos que o compõe. A Conselheira Presidente informou que a Conselheira Karla reúne experiência em diversos segmentos do Conselho. Gabriel D'Carolus disse abrir mão de representações por segmento e segue a fala da Conselheira Rejane que indicou a Conselheira Liuvânia, ao que Karla Migani declinou em favor de Liuvânia. A conselheira Presidente fechou o assunto indicando aquiescência tácita de alguns dos conselheiros e manifestação explícita de demais conselheiros, ficando indicadas como representantes a Conselheira Liuvânia como titular e a Conselheira Presidente na qualidade de suplente. Seguindo a pauta a Conselheira presidente disse estar preocupada com fluxos que atingirão os profissionais da gestão educacional nas escolas e sugere, como mencionado em aparte simultâneo do Conselheiro Gabriel D'Carolus, quando disse que precisará ser feita uma medição quantitativa a respeito de matrículas novas de alunos que migraram das escolas particulares para as escolas públicas e que esse processo deverá ter um impacto bastante considerável na vida escolar em especial no trabalho das equipes gestoras das unidades escolares. A conselheira presidente argumentou que é visível um processo de retorno às aulas e que isso está se desdobrando em muitas outras localidades, prefere indicar uma reunião extraordinária na qual seria discutido especificamente os protocolos de volta às aulas e mencionou alguns nomes de conselheiros que já manifestaram disponibilidade para tal reunião. Informou, ainda, a necessidade de serem convidados representantes como: o Secretário da Educação, representante da Vigilância Sanitária e do setor de Vigilância Epidemiológica, bem como e também representante do Ministério Público, das varas de: Saúde Pública (Meio Ambiente), de Infância e Juventude, ao que elaborou consulta sobre disponibilidade dos demais para uma reunião a ser realizada no dia 16 de setembro com o referido propósito, obtendo aquiescência para tal iniciativa dos conselheiros presente. Depois de apurada a concordância dos conselheiros em relação à realização da referida reunião extraordinária, houve uma troca de informações da Conselheira Rejane a respeito da forma de participação das representações da Secretaria da Educação em outras reuniões com setores da sociedade e com as esferas de governo das quais vem participando sistematicamente sob indicação do CME. Ato contínuo, Karla Migani informou ser mãe de aluno de universidade e que na sua opinião Instituições de Ensino Superior não mantiveram um atendimento ativo e proativo aos alunos e que deveria ter havido, com mais intensidade, iniciativas capazes de orientar, talvez na forma de área de aluno ou ambiente parecido, que veiculassem informações úteis e indispensáveis aos alunos a respeito de uma série de situações sobre o transcurso do ano letivo no modo remoto nos cursos oferecidos na cidade. Elcio Rivelino, como representante da Unifran, fez um longo e detalhado relato a respeito do que foi feito tanto em termos de procedimentos, como em termos de situações e ocorrências em momentos distintos do isolamento social e que isso foi feito consoante as cores atribuídas pelo governo e que nos momentos mais agudos foi empregada a noção de que os funcionários deveriam ser preservados do contato interpessoal; Elcio Rivelino informou detalhes sobre a maneira pela qual algumas questões foram tratadas no que concerne ao entrosamento de escola com aluno, enfatizou que é sabido que essa maneira de relacionamento mediado por computadores, celulares e telefones têm como diapasão a reclamação sobre o atendimento e que acompanhando e analisando os registros foi possível identificar que a maioria dos questionamentos foram resolvidos. a conselheira Karla Migani disse que uma colega dela a procurou para saber a respeito de como seria possível anular a necessidade de cursar créditos integralizados em outros cursos cursados em outras instituições e que essa necessidade da vida escolar não foi viabilizada por meio de sistema eletrônico como aquele descrito por Elcio Rivelino que, por sua vez, reafirmou que atrás de todo sistema há o direcionamento de pessoas e que foi necessário reduzir as filas de atendimento de demandas e que isso não é só feito por assistente virtual, mas há a necessidade de pessoas que fazem a gestão do sistema. Informou, ainda, que na instituição que representa foi possível verificar que as filas do atendimento virtual foram encurtadas, que o sistema está em constante melhoria e que algumas atividades dos percursos curriculares como: aulas práticas, laboratórios e estágios, que demandam relacionamento

Jeffer



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

interpessoal e presencial. Essas modalidades de atividades dos percursos curriculares deverão, necessariamente, ser incrementado na medida em que forem distendidas as ocorrências de morbidades sinalizadas por meio de indicadores definidos pelas cores estabelecidas pelo governo do estado. A conselheira Presidente indagou ainda quais seriam as formas de incrementar a acessibilidade às respostas atinentes às indagações de alunos e alunas. Elcio Rivelino disse que funcionários que atuam em *home office* ficam inviabilizados de tratarem pessoalmente o discente na medida que seria necessário liberar linhas telefônicas para todos os funcionários. Houve uma discussão bem detalhada a respeito da maneira pela qual são feitos os elencos de situações e a separação dos grupos de solicitações para identificar aquelas demandas que tiveram menor responsividade apuradas dentre o rol de demandas. Rivelino afirmou ainda que melhorar esse sistema requer estar constantemente em análise dos indicadores e ter criatividade para resolver os problemas que se avolumam com maior frequência. Sob a demanda da senhora conselheira presidente a representante da UniFacef fez um longo relato a respeito dos procedimentos adotados na UniFacef. O conselheiro Pedro Tosi fez o mesmo em relação às medidas e às especificidades da UNESP em especial sobre o atendimento administrativo, que envolveu muitas reuniões de conselhos de cursos e de departamentos da Unidade de Franca, bem como da sua Congregação. Informou, ainda, que rapidamente a Reitoria da UNESP fechou um pacote com a Google para viabilizar o aplicativo Classroom e que não foram todos os cursos oferecidos no campus de Franca que aderiram. Houve adesões rápidas dos cursos de História e do curso de Direito, adesão parcial e tardia do Curso de Relações Internacionais e rejeição ao modo remoto pelo curso de Serviço Social. As pós-graduações não foram interrompidas já que aulas e bancas já vinham sendo realizadas por meios remotos há algum tempo. Procedimentos relacionados à vida escolar de discentes serão resolvidos paulatinamente já que essa não é uma pressão sofrida pelas Universidade Públicas que não envolvem o pagamento de mensalidades, têm sido esperados números significativos de trancamentos de matrículas e evasão escolar e essas situações têm merecido tratamento distinto pelos conselhos de curso da Unidade. A conselheira presidente informou, ato contínuo, nesse término de reunião, que recebeu a devolutiva da solicitação do Conselheiro Reinaldo Célio a respeito da maneira pela qual os sindicalizados do sindicato dos contabilistas poderiam atuar no auxílio à confecção de demonstrativos contábeis das APMS das escolas municipais, conforme indicação do Conselheiro Reinaldo em reunião anterior, e que o apelo surtiu no âmbito do Gabinete do Secretário uma ampla concordância, mas que eles profissionais deveriam atuar sem ferirem o código de ética da profissão. Além dessa informação a conselheira presidente informou que a presidência do sindicato assumiu cargo de confiança na Secretaria da Educação e que essa situação deve ser objeto de algum tipo de filtro para que apreciações sejam feitas a respeito desse tema. A conselheira presidente informou que o encerramento do ano letivo chama atenção para a necessidade de o CME fazer o adequado acompanhamento do Plano Municipal de Educação, já que ele deve ser objeto de análises e levantamentos para verificar se suas metas estão sendo atingidas, se seus objetivos foram consistentemente trabalhados e de que maneira estão, ou não, sendo executadas atividades previstas, bem como a consistência e a coerência entre pressupostos e justificativas, sobretudo, no que concerne à transparência necessárias. A Conselheira presidente informou ainda sobre a presença do Milton Herrera Secretário Geral da UNCME para uma reunião de orientação sobre conselheiros que possam conferir a atualização do documento, o encaminhamento das ações e como o CME tem se posicionado a respeito. A Conselheira presidente solicitou a concordância dos presentes para a realização dessa espécie de treinamento e da indicação do fechamento da gestão que se avizinha no início do próximo ano letivo. Finalmente, a conselheira Cecília sugeriu que supervisora Larissa Ayala estivesse presente porque ela tem feito relatórios sistemáticos a respeito do que foi pautado pela Sra. Presidente que complementou que Larissa já faz parte deste conselho e não há motivos para ser convidada e já poderia estar contribuindo. Finalmente, a Conselheira vice-presidente Sra. Rejane informou sobre o Projeto de Lei objeto de apreciação em reunião anterior, em relação a comercialização de bebidas próximos a Unidades Escolares, e informou ainda que na votação na Câmara Municipal o projeto foi derrotado por 13 votos a 1.

Flávia
FLÁVIA ASSIS FREITAS

Presidente

Pedro Tosi

Secretário

